



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000399-29.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **José dos Santos Machado**
 Requerido: **Companhia Paulista de Força e Luz Cpfl e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou que por intermédio da ré **PREDIAL** alugou imóvel que especificou, pagando regularmente as contas de energia elétrica.

Alegou ainda que passado algum tempo da desocupação desse imóvel veio a saber que a ré **CPFL** o teria inscrito perante órgãos de proteção ao crédito por supostos débitos decorrentes do consumo de energia elétrica em imóvel onde nunca residiu.

Soube, então, que a ré **PREDIAL** teria informado à **CPFL** que seria o morador desse imóvel.

Almeja à exclusão da negativação e ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que suportou.

A primeira preliminar arguida em contestação pela ré **PREDIAL** não merece acolhimento.

Com efeito, não se pode cogitar da perda de objeto da demanda porque a concessão da tutela de urgência necessitará ser confirmada ou não nesta fase, de sorte que subsiste ainda o interesse de agir.

Rejeito tal prejudicial, pois, anotando que a concernente à ilegitimidade ad causam dessa ré se entrosa com o mérito da causa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

No mérito, é incontroversa a negativação do autor realizada pela ré **CPFL**, na esteira dos documentos de fl. 03.

Ela teria decorrido do consumo de energia elétrica em determinado imóvel por parte do autor sem que sucedesse o pagamento pertinente.

Enquanto o autor sustenta que não teve qualquer ligação com esses fatos, até porque nunca morou no endereço referido, a ré **CPFL** alegou em contestação a regularidade de seu procedimento, confirmando a utilização da energia em apreço pelo mesmo.

Acrescentou inclusive que realiza seus cadastros mediante apresentação dos documentos pessoais do interessado e, como se não bastasse, chegou a emitir declaração dando conta de que a alteração da titularidade da unidade consumidora aqui versada foi solicitada “pela Imobiliária Predial” (fl. 57).

O quadro delineado permite concluir que a ré **CPFL** não juntou sequer indícios de que o autor fosse efetivamente quem usou a energia elétrica que rendeu ensejo à sua negativação, não demonstrando a relação de pertinência entre ele e o imóvel correspondente.

Nem mesmo detalhou quais os documentos que supostamente apresentados fizeram atribuir ao autor a condição de titular da unidade consumidora em pauta.

Restou clara por outro lado a falta de comprovação mínima da ligação da ré **PREDIAL** com os fatos apresentados, remanescendo isolado o documento de fl. 57 (que não foi explicado pela ré **CPFL** – fls. 58, item 2, 67 e 73/73v.) e nada mais de concreto indicando que ela tivesse solicitado a alteração da titularidade da unidade consumidora para o autor.

Bem por isso, a ação há de ser julgada improcedente em relação à ré **PREDIAL**, prosperando o pedido exordial relativamente à ré **CPFL** quanto à retirada da negativação verificada, ausente lastro a alicerçá-la.

Solução diversa aplica-se ao pedido de recebimento de indenização para reparação de danos morais, contudo.

Mesmo que se admita que a indevida negativação propicie danos dessa natureza, o documento de fls. 70/71 demonstra que o autor ostenta outras que são diversas da presente e que não foram impugnadas por ele (cf. fl. 74).

Tal circunstância inviabiliza o pedido a esse título consoante pacífica jurisprudência:

“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravamento desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. ARI PARGENDLER, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Não se vislumbra, portanto, que o autor tivesse sofrido danos morais passíveis de ressarcimento.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação relativamente à ré **PREDIAL CENTER CORRETORA DE VALORES IMOBILIÁRIOS LTDA.** e **PROCEDENTE EM PARTE** a ação quanto à ré **CPFL – COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ** para excluir a negativação tratada nos autos (fl. 03).

Torno definitiva a r. decisão de fl. 20.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 03 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**